

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS "Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no auditório do
edifício dos paços do concelho, salão nobre da câmara municipal de Almeirim, pelas
vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros
que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objetivo
de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:
Ordem de Trabalhos
(Alínea C, número um do artigo vinte e nove da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro)
UM - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE
VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
DOIS - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DE CATORZE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
TRÊS - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA
ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO
SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO
QUATRO - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE E
DOIS, DE PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, BEM COMO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E
OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS;
CINCO - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO
MAPA DE PESSOAL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DE ACORDO COM O
DISPOSTO NO ARTIGO VINTE E NOVE DA LTFP (LEI NÚMERO TRINTA E CINCO
BARRA DOIS MIL E CATORZE, DE VINTE DE JUNHO) E ARTIGO TRÊS DO
DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E NOVE BARRA DOIS MIL E NOVE, DE TRÊS
DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;
SEIS - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA
DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO
INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU, NA ÁREA DE AÇÃO SOCIAL;
SETE - APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DE ÁREAS DE
REABILITAÇÃO URBANA;
PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA
(Artigo décimo oitavo, número um do Regimento)



Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo senhor presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, conjugado com o número um, alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: na mesa; Eurico Manuel Lopes Henriques, (presidente da mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); Teresa Isabel Almeida Filipe (segundo secretário da mesa da Assembleia Municipal); Gustavo Gaudêncio da Costa; Helena Maria Martinho Lopes Cláudio; José David Ventura Gouveia; Vasco Miguel Fortunato Carvalho; Sónia Isabel Campos da Silva Colaço; Mariana da Silva Salgado; Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte; Carlos Alberto Vieira de Frias Oliva; Cláudia Raquel Landeiro Raposo Pina Nunes; Domingos Manuel Monteiro Martins; Joana Nunes Carvalho; Eduardo Fernando Rodrigues A. A. de Oliveira; Nuno Miguel da Silva Pinhão Dâmaso Fazenda; Alfredo da Silva Trindade; Flávio Fernando Rodrigues Areias; Paulo José Casimiro Duarte; Sofia Lourenço Ferreira; Joaquim Manuel de Deus Catalão (Presidente da Junta de Freguesia de Almeirim); João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário (Presidente da Junta de Fazendas de Almeirim); Cândida Isabel da Conceição Lopes (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro (Presidente da Junta de Presenças do Executivo Municipal o Senhor Pedro Miguel César Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal); Maria Emília Moreira (vereadora); Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues (vereador); Ana Sofia da Fonseca Casebre (vereadora); António Joaquim Borrego Maximiano (vereador) e Beatriz de Almeida Silva Apolinário (vereadora). ------------ Registo de faltas na presente sessão: O Deputado Fernando Manuel Figueiredo Cardoso; a Deputada Carla Marina de Sousa de Jesus Silva e Paulo Vladimiro Santana Caetano (vice-presidente); ------------ Sendo vinte e cinco minutos, declarou o senhor presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão ordinária de abril de dois mil e vinte e três. -------------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA» Boa noite ao Executivo Municipal, a todos os deputados municipais aos agraciados com as medalhas honoríficas da cidade, e respetivos familiares, comunicação social, e a todo o público presente. -------Pela folha de presenças, verifico que existe quórum na reunião da sessão de abril de dois mil e vinte e três da Assembleia Municipal de Almeirim, pelo que declaro aberta a sessão ordinária do dia e seis de abril de dois mil e vinte e três. -------------------------------



Estão presentes os vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem esta
Assembleia. Ou seja, dezoito elementos do grupo do PS, dois do grupo da CDU, dois
da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS/PP) e dois do CHEGA
PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA
Artigo trigésimo quarto do Regimento da Assembleia Municipal
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Depois da entrega das medalhas honoríficas do
Concelho, vamos iniciar a sessão, como habitualmente, prestando informação da
correspondência recebida
CORRESPONDÊNCIA
Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia de fevereiro de dois mil e vinte e três,
e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por:
O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte
documentação: Ofício com assuntos a incluir na sessão extraordinária de março de dois mil e
vinte e três; oficio a enviar Relatório de avaliação do Direito de Oposição referente ao ano de
dois mil e vinte e dois; Oficio a enviar documentos a incluir na sessão ordinária de Abril de dois
mil e vinte e três
JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM - Oficio a enviar deliberação relativa ao parecer
positivo, relativo à atribuição de dois nomes de rua – "Estrada do Casal Velho, Torna I e Estrada
do Casal Velho, Torna II
VOZ DA MISERICÓRDIA - Envia jornal relativo ao mês de fevereiro e março de dois mil e vinte
e três
JORNAL DO STAL – Envia exemplar relativo ao mês de janeiro de dois mil e vinte e três
JUNTA DE FREGUESIA DA RAPOSA - Oficio a enviar convite para participar nos festejos do
25 de abril de dois mil e vinte e três
AR-ÁGUAS DO RIBATEJO EIM - Oficio a enviar; Declaração de Compromisso para Adaptação
e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas, dando corpo ao desafio da APDA-
Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas
JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO — Oficio a enviar convite para participar
nos festejos do 25 de abril de dois mil e vinte e três
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS
DA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA - Oficio a enviar convite para a Conferência. "Racismos,
Xenofobia e Descriminações Étnica-Racional em Portugal
ANMP – Oficio a enviar Boletim informativo número vinte e dois
FERNANDO MANUEL FIGUEIREDO CARDOSO - Oficio a enviar justificação de falta por
motivos pessoais, à sessão ordinária Abril de dois mil e vinte e três
CARLA MARINA DE SOUSA DE JESUS SILVA - Oficio a enviar justificação de falta por
motivos pessoais, à sessão ordinária Abril de dois mil e vinte e três
PAULO VLADIMIRO SANTANA CAETANO – Oficio a enviar justificação de ausência



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim ----- (Assuntos de Interesse Municipal)

(Assuntos de Interesse Municipal)
(Alínea d) do artigo trinta e três do Regimentos)
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos aos assuntos de interesse municipal e
perguntas dirigidas ao Executivo Municipal, nos termos do Regimento.
Estão abertas as inscrições
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo inscrições, passamos à ordem do
dia
PERIODO DA ORDEM DO DIA
Artigo trigésimo quinto do Regimento da Assembleia Municipal
UM - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE
VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à apreciação e votação da ata de vinte
e três de fevereiro de dois mil e vinte e três
* Votação da ata da sessão ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil
e vinte e três - APROVADO POR UNANIMIDADE, com vinte e quatro votos a favor,
dezoito do Grupo do PS, dois do Grupo da CDU, dois do Grupo do Chega e dois da
coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP)
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao ponto dois, que diz respeito á
apreciação e votação da ata da sessão extraordinária de março de dois mil e vinte e
três
DOIS - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DE CATORZE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições
Não existindo inscrições, passamos à votação
* Votação da ata da sessão ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e
vinte e três - APROVADO POR MAIORIA, com vinte e três votos a favor, dezoito do
Grupo do PS, um do Grupo da CDU, dois do Grupo do Chega e dois da coligação
Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP). Uma abstenção do Grupo da CDU
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao ponto três da Ordem de Trabalhos
da sessão ordinária de abril de dois mil e vinte e três
TRÊS - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA
ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO
SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições
Não existindo inscrições, passamos ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos



QUATRO - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, DE PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, BEM COMO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS;------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -------NUNO FAZENDA (Coligação Preparar o Futuro - PPD/PSD.CDS-PP) »» Boa noite. -----Consideramos que o Relatório da prestação de Contas relativo ao exercício de dois mil e vinte dois. Consideramos que o relatório da Prestação de Contas, é uma peça escrita com algum enquadramento analítico que nos permite retira algumas conclusões sobre as contas de dois mil e vinte e dois e comparar com as contas de anos anteriores. Tendo por base essas comparações, gostaríamos de fazer algumas considerações. Considerações essas que começam pela certificação legal de contas, emitida pelo ROC, onde verificamos que não é diferente do que tem vindo a ser apresentado em anos anteriores. No que diz respeito a este documento, o auditor emite a Certificação legal de contas, com uma reserva e uma enfâse. Verificamos que uma vem no seguimento da outra, no fundo, pela ocorrência de situações em anos anteriores. Relativamente à reserva que o revisor menciona, deve-se ao fato de o Município não ter aplicado o método de equivalência patrimonial na valorização na participação societária. Verificamos que este fato assenta na contabilização da participação nas Águas do Ribatejo, com impacto nos valores apurados nas contas do exercício na casa dos trezentos e quarenta e sete mil euros com impactos diretos no resultado líquido do Desde de dois mil e dezanove que o relatório do ROC apresenta reservas e enfases às contas, sempre pelo mesmo motivo. Em dois mil e vinte e um, verificamos que houve um impacto de duzentos e dez mil euros, em dois mil e vinte, que houve um impacto de quatrocentos e dezassete mil euros. Em dois mil e dezanove, teve um impacto de trezentos e cinquenta e dois mil euros. Esta situação, distorce o resultado líquido apresentado pelo Município de Almeirim. O auditor menciona e esclarece que a sua análise está de acordo com as normas internacionais de auditoria e de mais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, para manter esta reserva. Já sabemos que o Executivo não concorda com a opinião do auditor. Já o manifestou em anos anteriores, mas afirmou que a própria legislação aplicável à autarquia iria alterar e corrigir esta situação, o que até à presente data ainda não aconteceu. Sabemos que este valor virá no relatório consolidado com as Aguas do Ribatejo, mas isso será numa data posterior. ------



No que diz respeito à enfase apresentada pelo ROC, diz igualmente respeito à participação societária das Águas do Ribatejo, e assenta no valor de trezentos e dez mil euros, contabilizado no ano passado, com atrás se referiu. Consideramos que se mantivermos o mesmo procedimento, sem nada fazer, sabemos que no próximo ano, serão apresentados pelo ROC, iguais reservas e enfases. Assim, perguntamos qual a razão, porque ainda não foi este ano que se conseguiu corrigir esta questão? Uma vez ainda se compreende, mas reiteradamente, e tendo por base a legislação, verificamos que ainda não foi este ano que aconteceu. Perguntamos, qual a fórmula que o executivo pretende futuramente adotar para corrigir ou ultrapassar esta situação? ------Entrando propriamente no relatório, gostávamos de fazer umas considerações, nomeadamente nas questões da execução orçamental. Algumas delas são constatações, embora as mesmas tragam impactos relevantes na vida das pessoas e na evolução dos desígnios da autarquia. ------Verificamos que as taxas de execução foram superiores ao ano anterior. Ou seja, houve uma taxa de execução da despesa, na casa dos oitenta por cento em dois mil e vinte e dois, versus sessenta por cento em dois mil e vinte e um, e uma execução da receita na ordem dos oitenta e quatro por cento em dois mil e vinte e dois, versus oitenta vírgula sessenta e cinco por cento em dois mil e vinte e um. Contata-se que cresceu mais a vertente da receita do que a despesa. Relativamente ao orçamentado existiu um aumento muito significativo na componente da receita. -------------------------------Analisando a execução orçamental dessa mesma receita, realçamos que os impostos diretos são aqueles que tem grande impacto e aqueles que afetam diretamente as famílias. Como o próprio relatório menciona, existiu um aumento da receita de vinte e sete vírgula cinco por cento relativamente ao ano de dois mil e um, o que corresponde a cinco milhões e quinhentos mil euros a mais de receita do que no ano anterior. Verificamos que são os impostos diretos que são a principal origem de receitas, tendo existido uma taxa de execução desta rúbrica de cento e trinta e quatro por cento. Ou seja, bastante acima do orçamentado. Para nós, isto já era expectável, pelo curso da economia e, a partir de meados do ano, pela taxa de inflação. Consideramos, que em dois mil e vinte a três, vai ser igual. Razão pela qual, a quando do orçamento, alertámos para este especto e que deveriam ser reapreciadas algumas taxas de imposto aplicadas pelo município. Temos considerado que, atendendo aos tempos difíceis que a população atravessa, o município deveria ter reduzido alguns impostos à população. Acabou por arrecadar muito mais valor de impostos do que o orçamentado. E, voltamos a repetir, este ano de dois mil e vinte e três, acreditamos que vai acontecer o mesmo. Impostos diretos para os mais desatentos, estamos a falar do IMI, IMT IUC e



DERRAMA. Estes impostos diretos, que têm um peso assinalável nas receitas do município, representam vinte e oito por cento. Tendo existido mais de setecentos e doze mil euros relativamente a dois mil e vinte e um. Podemos então dizer que num ano de crise pela pandemia ou pela subida dos preços e pela inflação não houve uma preocupação de alívio dos contribuintes nestas rubricas. Nos cinco milhões trezentos e setenta e oito mil duzentos e oitenta e nove euros desta rubrica. Gostaríamos de salientar a forma da sua distribuição para que se possa perceber o peso de cada um dos impostos nas receitas da Câmara Municipal, mas também o impacto no bolso dos cidadãos. Relativamente ao IMI, arrecadou-se em dois mil e vinte e um cerca de dois virgula dois milhões de euros e em dois mil e vinte e dois milhões e meios de euros. O IUC cerca de quinhentos e sessenta e três mil euros para seiscentos e doze mil euros mil euros. O IMT rondou o milhão e meio de euros para um milhão e seiscentos mil. A DERRAMA trezentos e vinte e seis euros para quinhentos e catorze mil euros. Portanto, verifica-se aqui a forma como os importes aumentaram, como a receita aumentou para a Câmara. Isto feito como são importes diretos, veio diretamente das contribuições da população. Agora, salientamos contudo que devemos ter presente que estas receitas vêm diretamente dos bolsos dos contribuintes, a razão pela qual devem ser sempre cuidadosamente analisadas e discutidas. Quando estamos a discutir taxas a aplicar nestes impostos, temos sempre em consideração estes valores para a nossa decisão. Quer o impacto que tem nas receitas da Câmara, mas também na população, de forma a proporcionar o equilíbrio entre ambos. Quando nós falamos nestes valores e nestes recebimentos, temos sempre em consideração um equilíbrio, porque a Câmara também necessita, como é óbvio, de receitas. Daí, quando nós apresentávamos, a nível do orçamento, alguma diferenciação de taxa para taxa, teve em linha de conta, efetivamente isso, as necessidades do município, em obter receita, mas não prejudicando muito a população. No que diz respeito à execução da despesa, verificouse uma execução de oitenta vírgula cinquenta e quatro por cento em dois mil e vinte e dois versus sessenta por cento em dois mil e vinte e um, o que denota um aumento da taxa de execução de dezoito milhões em dois mil e vinte e um para vinte e dois milhões milhões e quatrocentos mil euros em dois mil e vinte e dois. Assinalamos a simples positiva esta melhoria na taxa de execução da despesa. Contudo, estamos a falar de oitenta por cento, o que julgamos que poderia e deveria ser bastante superior, dada a existência de receitas para tal. Por conseguinte, verifica-se que temos um saldo de gerência de cinco milhões quatrocentos e trinta mil setecentos e noventa e oito euros. Este valor tem vindo a aumentar de ano após ano. Em dois mil e dezoito, o saldo de gerência era de novecentos mil euros mil euros. Em dois mil e dezanove dois milhões



seiscentos mil euros, em dois mil e vinte quatro milhões e trezentos mil euros, em dois mil e vinte e um dois milhões e duzentos mil euros e em dois mil e vinte e dois cinco milhões e quatrocentos mil euros. Portanto, o que assinalamos aqui e deixamos uma reflexão e uma preocupação para nos anos futuros. Analisando a execução orçamental da despesa, verifica-se que a despesa com pessoal, com a aquisição de bens e serviços e transferências correntes são rubricas com maior peso na despesa corrente, sendo que com o pessoal é a maior e continua a aumentar de ano para ano. Perguntamos o que justifica este aumento constante todos os anos? Na aquisição dos bens, verificou-se que existiu um aumento, mas esse aumento foi, efetivamente, maior nas transferências correntes. Perguntamos se este valor diz respeito às verbas atribuídas às juntas de freguesia que aumentaram o ano passado? Não nos pretendemos alongar mais, portanto, deixávamos aqui no fundo estas considerações relativamente ao documento em apreço. ------CARLOS MOTA (Grupo do PS) »» Estão em apreço os documentos de Prestação de Ao contrário do Orçamento, a Prestação de Contas é um documento mais técnico, embora não perca as raízes politicas que derivam da sua execução. --------------Assim; o desempenho orçamental reflete a atividade desenvolvida ao longo do ano tendo sido atingida uma taxa de execução de oitenta e quatro vírgula noventa por cento na receita e de oitenta vírgula cinquenta e quatro por cento na despesa, correspondendo a um montante de vinte e sete milhões novecentos e cinco mil oitocentos e noventa e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos e vinte e dois milhões quatrocentos e setenta e cinco mil cento e um euros e oitenta e um cêntimos respetivamente; transitando para a gerência de dois mil e vinte e três, um saldo de cinco milhões quatrocentos e trinta mil setecentos e noventa e seis euros e setenta e quatro cêntimos. -----Uma referência para o investimento municipal que em dois mil e vinte e dois atingiu o montante de doze milhões duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e sessenta e quatro euros e setenta e um cêntimos, o que significa um aumento de cinquenta e três É boa a saúde financeira do município de Almeirim, apresentando em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois uma capacidade de endividamento de dois milhões oitocentos e setenta mil e quarenta euros e cinquenta e cinco cêntimos. E, nos resultados por natureza o encerramento de contas apresentou um resultado líquido de dois milhões quatrocentos e trinta e oito mil quinhentos e quarenta e um euro e cinquenta e um cêntimos. -------



Não pelos valores em causa, mas exemplificando os caminhos que têm que se percorrer, recorde-se o impacto que o COVID-19 teve ainda durante este ano de dois mil e vinte e dois e assim, nas receitas do Município não foram arrecadados três mil quatrocentos e noventa e sete euros e trinta e seis cêntimos. Referentes à isenção de esplanadas e no que diz respeito a despesas, foram gastos três mil cento e quarenta e dois euros e catorze cêntimos referentes a apoios sociais e outros. ------------Na análise financeira, destacamos alguns rácios que consideramos bastante significativos: ------Liquidez Geral - Quatro virgula zero seis por cento; ------Liquidez reduzida - Quatro virgula zero seis por cento; -----Liquidez Imediata – Três virgula quarenta e quatro por cento; ------Autonomia Financeira – Zero virgula noventa; ------Solvabilidade - Nove virgula zero cinco por cento; ------Endividamento – Zero virgula dez por cento; ------Quanto ao património, o Município não detém capital social e o valor registado de noventa e nove milhões quinhentos e sessenta e seis mil seiscentos e três euros e cinquenta e nove cêntimos na conta património/Capital corresponde ao saldo existente na transição do normativo contabilístico POCAL para o atual SNC-AP. ------------Por último, uma palavra de reconhecimento aos serviços de contabilidade. As notas explicativas introduzidas no relatório de gestão, ajudam em muito a entender diversas situações e mesmo para os menos calhados na análise destes documentos, bastará ler para que sejam dissipadas muitas dúvidas. ------Pelo que ficou dito, o Grupo do Partido Socialista irá votar a favoravelmente os documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de dois mil e vinte e dois. -PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para fazer as considerações finais, sobre as intervenções anteriores relativas ao documento da Prestação de Contas do exercício de dois mil e vinte e dois. -------PRESIDENTE DA CÂMARA »» A questão da reserva e enfâse do ROC tem a ver com o facto de nós aprovámos as contas ainda antes das contas das Águas do Ribatejo e, portanto, pelo que tenho de perceber se um dia as Águas do Ribatejo conseguem aprovar as contas antes de nós. E, portanto, aquilo que se passa é que o ROC, quando emite o seu parecer, que já é depois das contas das Águas estarem aprovadas, fazer essa referência. Nesta observação chamos à atenção para o facto de elas não estarem aqui até nos penalizam em cerca de trezentos mil euros, e portanto quando chegarmos a junho com as contas consolidadas, as contas terão esse valor a mais. Quanto às Despesas Correntes têm aumentado, nomeadamente, no que diz respeito às questões



dos salários, essas são evidentes, as receitas também aumentam, uma vez que existe e contribui para isto duas questões simples, uma que tem a ver com o aumento dos salários, nomeadamente aquilo que tem a ver com o salário mínimo, e por outro lado também tem a ver com o facto de nós termos recebido um conjunto de competências, destacam-se as questões da ação social, nomeadamente aqueles que vieram da escola secundária. E portanto isso naturalmente que acaba por ter um reflexo naquilo que são as despesas. ------Relativamente à questão do Saldo de Gerência, é verdade que ele existe e eu espero que este ano, esse saldo de gerência, fruto daquilo que espero que venhamos a aproveitar do overbooking, dos fundos comunitários, possa ainda ser maior. E portanto, senhor deputado, se não me leva a mal, eu vou cá estar, espero eu, para o dia em que nós tivermos uma execução de despesa maior daquela que vamos ter da receita, e isso ira certamente acontecer. ------O ano de dois mil e vinte e um, foi um ano muito difícil naquilo que tem a ver com a execução, e é fácil perceber porquê. Uma boa parte desta execução tem a ver com a questão das obras. Dois mil e vinte e um com o Covid, com o confinamento, com tudo isso, o que fez com que essas mesmas obras estivessem paradas e, portanto, dois mil e vinte e dois, já foi um ano diferente e, portanto, também os níveis de execução foram diferentes, ------diferentes, ------Ainda sobre os impostos. O Senhor Deputado, todos os anos, fala sobre isso e eu, todos os anos, falo sobre isso também. É assim a vida! Então vamos aos impostos. IRS Nós mantivemos uma mesma taxa. A taxa não aumentou. Se é sinal que recebemos mais, é sinal que as pessoas do Concelho também receberam mais. Porque, se é uma percentagem, cinco por cento cem é uma coisa, cinco por cento sobre duzentos continuasse a ser cinco por cento, duplica é o valor. ---------------------------------Depois temos o IMT que também é sempre o mesmo, a taxa é sempre igual, é os impostos que pagamos quando compramos imóveis e, portanto, se há mais transações, há mais receita, a taxa não muda, até porque nessa nós nem seguer podemos mudar. --A taxa da DERRAMA tem sido exatamente a mesma. E o IUC, é definido por legislação que não é nossa, nós recebemos a receita, mas tem a ver com o imposto de selo, ou imposto do carro, e portanto também não mexemos. O único que mexemos, e que efetivamente aumentou, mas nós até baixamos a taxa. Portanto, se o Senhor Deputado bem se lembra, nós temos andado a baixar a taxa do IMI para que possa ficar naquilo que tivemos sempre. Portanto, quando a nossa taxa de IMI era entre zero virgula cinco e zero virgula três, ela estava em zero virgula quatro. Portanto as taxas não foram alteradas, aliás a única que foi alterada até foi para baixo, é sinal que felizmente tem



havido essa economia que vai gerando a receita. Tenho consciência que o IMT este
ano vai ser mais baixo
Resumindo, desejo que este ano seja um ano onde venhamos a aumentar aquilo que é
o nosso saldo de gerência
Se tudo correr bem é isso que vai acontecer. Volto a repetir, fruto desta capacidade de
executar, executar à frente e com isso criar as condições para depois podermos ter
aquilo que se chama de overbooking que resultará obviamente nos reflexos das contas.
Provavelmente, quando aqui estivermos a analisar em dois mil e vinte e cinco no que
diz respeito às contas de dois mil e vinte e quatro, este cenário tenderá a ser diferente.
Porquê? Porque aquilo que nos espera daquilo que tem a ver com a questão dos
fundos vai ser diferente, há menos fundos para as autarquias no próximo quadro
comunitário, apesar das questões do PRR, mas que não derivam diretamente de nós.
Iremos naturalmente aproveitar e fazer aquilo que sempre fizemos ao longo destes anos
que tem a ver com, nos sítios onde é possível aplicar os fundos, nós aplicaremos os
fundos e eles são, sobretudo, possíveis na freguesia de Almeirim. As outras obras
serão, naturalmente, feitas com fundos próprios, acabando numa primeira fase esses
fundos, até que venham os próximos, a tendência é que sejam utilizadas essas verbas,
que tenderão no futuro a diminuir este saldo de gerência
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Terminadas as intervenções, passamos à votação
do ponto quatro
* Votação do ponto quatro da Ordem de Trabalhos - APROVADO POR
UNANIMIDADE POR MAIRIA E MINUTA, os documentos de Prestação de Contas,
referentes ao exercício de dois mil e vinte e dois, da proposta de aplicação do resultado
líquido do exercício de dois mil e vinte e dois, bem como Inventário dos Bens, Direitos e
Obrigações Patrimoniais, com dezoito votos a favor do Grupo do PS e Seis abstenções;
duas do Grupo da CDU, duas do Grupo do Chega e duas da coligação Preparar o
Futuro (PPD/PSD.CDS-PP)
DECLARAÇÃO DE VOTO
(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)
JOANA CARVALHO (Grupo da CDU) »» Boa noite
O Grupo da CDU absteve-se pelo facto de ser apresenta na Certificação Legal de
Contas uma Reserva e uma Enfâse, que remete para uma situação que é mencionada
na auditoria de contas. Por esta razão, o Grupo da CDU tomou a decisão de se abster
na votação deste ponto
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais intervenções, passamos ao
ponto seguinte



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim APRECIAÇÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO

CINCO - AFICECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA FICINIZINA ALTENAÇÃO AO
MAPA DE PESSOAL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DE ACORDO COM O
DISPOSTO NO ARTIGO VINTE E NOVE DA LTFP (LEI NÚMERO TRINTA E CINCO
BARRA DOIS MIL E CATORZE, DE VINTE DE JUNHO) E ARTIGO TRÊS DO
DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E NOVE BARRA DOIS MIL E NOVE, DE TRÊS
DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a apreciação do
ponto cinco
SÓNIA COLAÇO (Grupo da CDU) »» Boa noite
A CDU tem votado a favor às alterações ao Mapa de Pessoal propostos nos últimos
anos, tendo em conta que se verificaram vários preenchimentos de lugares com
contratos de trabalho por tempo indeterminado o que dá maior estabilidade à vida dos
trabalhadores que asseguram estas funções através destes contratos. Foram tempos
em que se recuperou postos de trabalho na Função Pública, contrariando as perdas
acentuadas que persistiram ao longo de muitos anos, e o trabalho precário existente
dentro da função pública. Ora, na proposta apresentada hoje existem vários lugares que
são para esta natureza, o que nos agrada e com os quais concordamos. No entanto,
não podemos apoiar a criação de quatro lugares com contrato de trabalho a tempo
resolutivo na área do desporto. Consideramos que este tipo de contratos, apesar de
serem justificados pela legislação laboral para situações temporárias e/ou excecionais
não dão as melhores garantias de estabilidade na vida dos trabalhadores que acedem a
este tipo de contratos. A CDU entende que é necessário para o bom funcionamento dos
serviços públicos, que a autarquia deve assumir trabalhadores motivados e
empenhados em dar resposta às funções que desempenham. Entendemos que a
Câmara Municipal deveria ser um exemplo de respeito dos direitos dos trabalhadores.
Deveria pugnar pela sua valorização. Esta alteração, na nossa opinião, caminha no
sentido inverso, precariza as condições de trabalho e é um retrocesso no caminho para
um trabalho que se pretende estável e com direitos, e por isso nos iremos abster neste
ponto
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Terminadas as intervenções, dou a palavra ao
Senhor Presidente da Câmara para prestar os necessários esclarecimentos
PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite
Se o motivo da CDU se abster é só esse, eu acho que posso responder
Senhora Deputada fala de trabalhos, é verdade que são trabalhos a termo e mais, são
trabalhos a termo parcial. Porque aquilo que pretendemos é dar satisfação a algo que
neste momento funciona basicamente em prestação de serviços e que queremos



efetivamente dar mais estabilidade a estes serviços e a estes trabalhadores. Conseguimos dar toda a estabilidade? Não! E, explico porquê! Aquilo que pretendemos é termos uma oferta nas piscinas municipais que seja concentrada no tempo e nos horários. A autarquia não pode contratar todos os prestadores de serviços nesta área, porque depois não há horas e trabalho para eles fazerem. E portanto daí a questão a contratação a termo. É verdade que é parcial, porque foi a forma que encontramos de dar uma resposta, e de dar direitos a quem trabalha e presta estes serviços. --------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo mais intervenções, passamos à -----* Votação do ponto cinco da Ordem de Trabalhos - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta da primeira alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte e três, de acordo com o disposto no artigo vinte e nove da LTFP (Lei nº trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho) e artigo três do D. L. nº duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de setembro, na sua atual redação, com vinte e dois votos a favor. Dezoito do Grupo do PS, dois da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP) e dois do Grupo do Chega. Duas abstenções do Grupo da CDU. ---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo declarações de voto, passamos ao ponto seguinte. ------**SEIS** – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU, NA ÁREA DE AÇÃO SOCIAL; ------SETE - APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DE ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA; -------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a apreciação do ponto seis. -----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. ------NUNO FAZENDA (Coligação Preparar o Futuro - PPD/PSD.CDS-PP) »» Boa noite. -----Na documentação que foi distribuída no ponto cinco, há aqui uma mistura da documentação do ponto cinco e do ponto seis. Ou seja, no ponto cinco apresentava a proposta com as declarações do júri, e no ponto seis apresenta a proposta também com os assuntos do júri, pelo que devem estar todas misturadas. A minha pergunta agora vai também no sentido de saber a razão pela qual é que aparece uma proposta número noventa e cinco naquele documento e no documento seis a proposta? Temos para o mesmo assunto uma proposta para os pontos cinco e seis? Clarificando, temos duas propostas da presidência, uma com o número noventa e cinco e outra com o número cento e nove. No fundo o assunto é o mesmo. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim A CÂMARA »» São propostas diferentes umas são dirigida

PRESIDENTE DA CAMARA »» São propostas diferentes, umas são dirigidas ao
executivo e outras dirigidas á assembleia. São o mesmo assunto, mas dirigidas a
órgãos diferentes
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Clarificada a questão da numeração das
propostas, e verificando-se que estão corretas, vamos continuar os nossos trabalhos
Não existindo mais intervenções, passamos à votação
* Votação do ponto seis da Ordem de Trabalhos - APROVADO POR
UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta para designação do júri para recrutamento de
cargo de direção intermédia de 3º grau, na área de Ação Social, com vinte e quatro
votos a favor, dezoito do Grupo do PS, dois do Grupo da CDU, dois do Grupo do Chega
e dois da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP)
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos a último ponto da Ordem de Trabalhos
de hoje
SETE - APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DE ÁREAS DE
REABILITAÇÃO URBANA;
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para apreciação do
ponto cinco
SÓNIA COLAÇO (Grupo do CDU) »» A CDU regista com agrado de que a informação
deste relatório vem mais completa em relação aos relatórios anteriores, o que nos deixa
satisfeitos com a proposta que tínhamos deixado anteriormente. Este relatório surge
aqui com uma lista das várias ruas onde estas intervenções ao nível da reabilitação
urbana ocorreram no nosso município e isso deixa-nos com uma ideia mais concreta do
que apenas o sumário que era feito anteriormente com aumento e diminuição destas
operações
Qualquer das formas há aqui um decréscimo relativamente ao ano anterior, esperemos
que as pessoas, apesar das dificuldades das famílias em poder fazer face a estas
reabilitações urbanas, uma vez que é necessário ter algum financiamento, mas que as
pessoas possam aderir ao mesmo, porque a habitação é fundamental, ela falta no
nosso concelho e algumas destas casas poderiam servir para as famílias morarem.
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, não existindo
declarações de voto e não existindo inscrições para intervenções no período do público,
dou por encerrada esta sessão. Desejo a todos uma boa noite
Às vinte e três horas e dezoito minutos, do dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e
três, deu-se por encerrada a Sessão, lavrando-se para constar a presente ata, que,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa. ------O Presidente da Assembleia, O Primeiro Secretário, O Segundo Secretário,